Estupro de vulnerável- desafios na aplicação das leis

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Wenner Rodrigues Duarte Oliveira
Isabella Moreira Dos Santos
Débora Silva Cruz
Mariane Braga Alves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O estupro de vulnerável é um crime grave que envolve a violência sexual contra pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo o Código Penal brasileiro, no artigo 217-A, caracteriza-se o estupro de vulnerável como manter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, pessoas com deficiência mental ou qualquer pessoa que, por qualquer motivo, não possa oferecer resistência ao ato. Esta forma de violência causa danos físicos, psicológicos e emocionais profundos, deixando cicatrizes duradouras. A proteção legal visa resguardar os mais vulneráveis e garantir que os agressores sejam responsabilizados pelo abuso perpetrado. Apesar da existência de dispositivos, que criminaliza o estupro de vulnerável e visa proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade, há desafios significativos na aplicação efetiva dessas leis e na garantia de justiça para as vítimas.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o crime de estupro sob a perspectiva do Código Penal Brasileiro, investigando sua definição legal, elementos constitutivos, jurisprudência relacionada e os desafios enfrentados na aplicação da lei.

Material e Métodos

Utilizamos principalmente, o google acadêmico, que nos forneceu informações com embasamento jurídico, por meio de documentos jurídicos postados e divulgados por advogados. Utilizamos também artigos e jornais. A utilização do Código Penal Brasileiro, também foi de extrema utilidade, nós ajudando a compreender e interpretar a lei 12.015, de 2009 do Art.217 (artigo e lei que criminaliza e condena o estupro de vulnerável).
Método quantitativo e dedutivo

Resultados e Discussão

Com a pesquisa, chegamos a resultados que nos mostram os desafios que se tem na comprovação do crime, e na aplicação da pena. Como por ex: A falta de evidências físicas, especialmente em casos de abuso sexual contra

menores ou pessoas com deficiência mental, pode dificultar a comprovação do crime e a responsabilização do agressor. Isso pode resultar na impunidade dos perpetradores e na revitimização das vítimas durante o processo legal. Os delitos que afetam a dignidade sexual frequentemente ocorrem de maneira dissimulada, o que torna desafiante a obtenção de evidências além do depoimento da vítima, desempenhando um papel crucial no decorrer do processo. Segundo o jornal Extra, em uma pesquisa feita em 2016, cerca de 63% das ações por estupro de vulnerável não tem condenação ou punição; mas o fórum Brasileiro de Segurança Pública estima que só 35% desses crimes são levados às delegacias — com isso, quase nove mil abusos sexuais não teriam sido notificados no mesmo ano.

Conclusão

A análise do estupro de vulnerável conforme o Código Penal revela desafios na aplicação da lei. A falta de evidências físicas dificulta a comprovação do crime, resultando em impunidade e revitimização das vítimas. É crucial fortalecer a proteção legal e sensibilizar o sistema jurídico para garantir justiça efetiva.

Referências

EMMILY THAINÁ SÁ CAVALCANTI - TCC (Monografia) Direito CCJS 2023_1_1.pdf
https://extra.globo.com/noticias/rio/em-acoes-por-estupro-de-vulneravel-63-nao-tem-condenacao-ou-punicao-19442286.html
Google acadêmico
Artigo 217A do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940